

A RESISTÊNCIA DO LUGAR COMUM DO CARNAVAL DE RUA ATRAVÉS DOS BLOCOS NÃO-OFICIAIS

Rafael Pereira Nunes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rafaelpereiranunes16@gmail.com

“Isto porque o futuro do “homem” não se descobre no cosmo, nem no povo, nem na produção, mas na sociedade urbana. Da mesma forma que a arte, a filosofia pode e deve ser considerada em função dessa perspectiva”

(Henri Lefebvre, 2015)

Resumo: O texto apresenta diversas características do carnaval de rua, do passado e do presente, que se manifestam através dos blocos alternativos ou não oficiais, propondo debater essas demonstrações através de conceitos e concepções geográficas urbanas. Os elementos apresentados vão se desenvolver numa luta permanente dos blocos pelo direito aos espaços públicos para a ocupação cultural, seja através de cortejos ou seja através dos bailes carnavalescos, levando em consideração as relações subjetivas; de identidades, representatividades e significações na construção do lugar comum. Por outro lado, o artigo também analisa as imposições do poder público, ao longo dos últimos anos, na tentativa de impor um controle sobre os blocos de conjunto, oficiais ou não, e as respostas dadas por eles a essas determinações

Palavras-chave: carnaval; bloco; cultura; cidade; território; lugar; decreto

GT-11: Os lazeres na (re)produção do urbano

INTRODUÇÃO

O carnaval é o evento de maior atrativo de público na cidade do Rio de Janeiro. Em 2018, segundo a Riotur, o evento bateu o recorde de participação em 6 milhões de foliões, dos quais 1,5 milhão eram turistas, nacionais e internacionais. O recolhimento de R\$ 3,5 bilhões em recursos superou os R\$ 3 bilhões de 2017, demonstrando a centralidade do carnaval para o desenvolvimento econômico da cidade. Outro dado importante, divulgado também pela Riotur, é o financiamento privado, através de patrocínios, onde foi empregue, pela primeira vez, a receita recorde de R\$ 38.5 milhões para o custeio de 3.375 agentes para aumentar a segurança. O total de blocos autorizados ficou em 464, sendo 101 desfilando pelo Centro, 99 pela Zona Norte, 38 na Barra da Tijuca e outros 45 ao longo da Zona Oeste. Esses dados apresentados corroboram com outros elementos apontados neste trabalho, sobre a problemática da disputa de concepção de carnaval, principalmente o que se manifesta de forma livre nas ruas. Queremos, nesse sentido, debater elementos de contraposições entre as determinações do poder público e os interesses dos blocos, principalmente os não oficiais ou alternativos. Através dessa disputa, pelos espaços e a vida urbana, discorrer sobre as imposições do mercado no carnaval, que se apropria dos signos da cidade para a manutenção do “estados das coisas”, se utilizando das esferas públicas e das instituições normativas. Ao analisarmos com atenção os dados apresentados pela Riotur, observaremos elementos que aparentemente são positivos, mas que escondem a veracidade dos modos de produção capitalista, que alienam por inteiro as compreensões dos indivíduos e, inquirindo sobre o carnaval, a própria relação do folião com a criação, o lugar, o convívio e com ele próprio. Nessa lógica, debater neste trabalho a própria submissão dos blocos oficiais aos interesses privados e a falta de resistência a propostas e decretos que em nada tem a ver com o que conhecemos como carnaval. Como objetivo principal interpretar os blocos alternativos, as motivações que reúnem milhares de pessoas em manifestações culturais contra-hegemônicas, as transformações espaciais pelos blocos em lugares comuns, os processos de territorialização e de enfrentamentos radicais contra as tendências dominantes. Por outro lado, debater as limitações das escalas, do perfil social e da limitação da pauta e ainda as contradições das próprias influências mercadológicas que se infiltram por dentro dos blocos.

A AUTENTICIDADE DO CARNAVAL MANIFESTADA PELOS BLOCOS ALTERNATIVOS

Quando indagamos qual é a maior festa da Cidade do Rio de Janeiro, surge de imediato uma representação através do nome Carnaval, em nossas cabeças. Escrever sobre o carnaval de forma mais genérica, passando pelas escolas de samba, o carnaval de rua ou até um pequeno bloco, é saber que toda a dimensão dos testemunhos ocorridos não caberá nos papéis. Qualquer esforço, por maior que seja, será apenas uma versão dos fatos, repertórios inacabados, o que também não diminui a importância de trazer não apenas as lembranças, mas várias problemáticas envolvidas, pois o carnaval, assim como outras grandes manifestações culturais, como o futebol, vai dizer muito da nossa construção e organização como sociedade. Nesse sentido, conceitos como identidade, lugar e espaço, entre outros, de caráter objetivo e subjetivo, pulsam descontroladamente nas narrativas carnavalescas, em disputas permanentes de concepções de cidade envolvendo diversos atores, uns com comportamentos dominadores e outros, ao mesmo tempo, pensando de forma livre. Comportamentos dominadores, se pensarmos como os agentes do capital tem pensado o funcionamento da cidade, onde tudo que pode virar mercadoria, já sai com controle e valor de troca para ser consumido, e tudo o que não pode ser fonte de lucro, passível de destruição. Como caracteriza Vainer (2011, p.3) “a atitude estratégica adotada pelos setores hoje dominantes supõe, sugere, depende, antes de mais nada, de uma estratégia de poder”. E, por outro lado, os foliões, principalmente dos que fazem parte do que vulgarmente nos acostumamos chamar de blocos alternativos. Muitos que dedicam a vida ao carnaval e até outros que não tem nenhum compromisso além de festejar os dias de folia. São os foliões a maior representação do carnaval, pois essa manifestação só existe e tem sentido através da intensa relação sociocultural que esses desempenham. Deste modo, carnaval é talvez o fenômeno mais democrático de expressão cultural, pois numa apresentação artística, de um modo geral, os artistas são os protagonistas, enquanto o público: passivo, ouvinte e observador. Assim também é no futebol, onde o espetáculo vai se tornando cada vez mais fechado e elitizado, pois como aponta Mascarenhas (2013, p.145) “para garantir a plena realização da mercadoria, vem sendo imposto um crescente aparato normativo que visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo”. Mas até mesmo nas melhores fases, onde as torcidas praticamente entravam em campo, com os estádios maiores e mais acessíveis, já existiam

mecanismos antidemocráticos e de controle dos “excessos” das torcidas, pois essas acabavam levando elementos do próprio carnaval para dentro dos estádios, com grupos de torcedores cumprindo tarefas completamente festivas. Tanto no carnaval, como no futebol, como em outras atividades com participação expressiva da população é importante, como caracteriza Mascarenhas (2013), a reflexão sobre em que medida as mudanças em curso são expressões de um movimento mais amplo que se passa na cidade contemporânea.

No carnaval, diversos foliões cumprem os mais diferentes papéis. Temos a presença de artistas circenses e pernaltas, de músicos com os mais variados e até inusitados instrumentos. Os fotógrafos registram os melhores momentos dos cortejos, os organizadores pensam os trajetos, fazem as negociações com as autoridades locais e ainda ajudam na harmonia do conjunto e, entre outros personagens e, acima de todos, e, sendo todos ao mesmo tempo, o folião, que cumprindo ou não uma tarefa mais específica representa o todo com suas fantasias, de formas originais e divertidas, que acabam por promover valores simbólicos e de representações do nosso próprio cotidiano e das experiências culturais, sociais e políticas de nossas vidas. É comum observarmos várias fantasias levadas aos blocos terem destaques nos jornais ou viralizarem pela internet. Tudo de uma forma genuinamente autêntica, pois é o momento que, ao contrário do que todos pensam, de forma simbólica, deixamos as máscaras em casa e saímos livres para as ruas, de forma coletiva, para sermos todos protagonistas de uma grande ocupação de cidade, de vários espetáculos comuns à nossa percepção acontecendo de forma simultânea, onde uma série de lugares vibram em euforia. Aquele momento que nenhum tipo de registro pode dar conta da dimensão do deslumbramento, da possibilidade de perda total da noção do tempo e do espaço, onde tudo acontece na elevação do que percebemos como uma verdadeira catarse social.

Os blocos ditos alternativos também têm as suas idealizações, como a liberdade, a autenticidade, a espontaneidade, a ludicidade e a subversão, e carregam a noção de desprogramação, pois rompem com um modelo de forma intencional para formatar uma outra proposta, de forma e experiência coletiva. No caso do Cordão do Boi Tolo, o maior e mais reconhecido entre esses tipos de blocos, o princípio de “nunca pagar e nunca receber” norteia a auto-organização e o mantém completamente afastado de quaisquer interesses financeiros. São essas ideias concebidas que protegem os agrupamentos de qualquer infiltração ou imposição que desvirtue esses princípios. Percepções que acabam sendo

passadas nos convívios diários, nas reuniões organizativas, nas oficinas musicais, nos eventos, nos desfiles e, agora, principalmente nas redes sociais e grupos de aplicativos de mensagens. Características que nos colocam a necessidade de reflexão da própria ideia de carnaval, pois se são os blocos alternativos que carregam as propostas mais autênticas, o que se manifesta de diferente no carnaval oficial e padrão? Mais ainda, qual a necessidade de se ter um evento alternativo, se a construção cultural dessa manifestação sempre foi historicamente transgressora, originalmente a igreja, através das disputas com a quaresma e na atualidade ao trabalho e ao excesso de leis e regulamentações.

A LUTA PELO DIREITO À CIDADE ATRAVÉS DOS BLOCOS ALTERNATIVOS

Muitos blocos oficiais e alternativos possuem características comuns, que atraem tanto para um, quanto para o outro, milhares de foliões que se sentem contemplados nos seus desejos e expectativas. As grandes diferenças estão em aceitar ou não uma pasteurização que vem sendo forjada sucessivamente no Rio de Janeiro, por governos das esferas municipal e estadual, mas principalmente na administração pública municipal, através de portarias, decretos e legislações que cada vez mais impõem amarras ao carnaval de rua, gerando uma crescente insatisfação na maioria dos blocos, até mesmo os oficiais. Um processo que se encaixa num modelo de cidade rentista, padronizada e utilitarista ao capital privado, onde elementos subjetivos, de identidades culturais, do carnaval de rua, acabam por se tornar um empecilho ao controle de comportamentos sociais. É necessário, não apenas o domínio territorial pelos grandes investidores, mas de todas as manifestações que possam colocar em xeque a credibilidade e a força de certos padrões de consumo e de condutas. Segundo Vainer (2011, p. 6) “na cidade não há lugar para ideologias, nem políticas, há apenas interesses. Na verdade, há apenas um único, verdadeiro, legítimo interesse: a produtividade e a competitividade urbanas”. Nesse sentido, os elementos ideológicos e de propaganda infligem diretamente no carnaval, onde a cidade se massifica num enorme mercado consumidor de atrativos e, principalmente, de produtos alimentícios e de bebidas. Observamos, assim, propagandas oficiais, com a chancela da Prefeitura, em todos os blocos oficiais da cidade, numa demonstração incontestável da orientação do nosso maior evento cultural para os interesses do mercado.

Como aponta Lefebnavre (2015, p.69)

É assim que a publicidade para os bens de consumo se torna no principal bem de consumo; ela tende a incorporar a arte, a literatura, a poesia, e a suplantá-las ao utilizá-las como retóricas. Torna-se assim a própria ideologia dessa sociedade, cada “objeto”, cada “bem” se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consume-se tanto signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc. a produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais produtivas ou organizadoras.

Infelizmente, mesmo com uma ampla insatisfação, os blocos oficiais permanecem sob a guarda do poder público, pela dependência de verbas públicas e patrocínios privados. Organizados em associações carnavalescas, acabam tendo seus desfiles subjugados as normas da Prefeitura, que acaba enquadrando-os aos seus interesses, principalmente de imposição do marketing privado nos desfiles. Podemos citar, como exemplos de normatizações que interferem no carnaval de rua, o último decreto municipal, do prefeito Marcelo Crivella, de 12 de Janeiro de 2018 que “Institui a *Macrofunção Carnaval Mais Legal*, para fins do amplo disciplinamento das atividades desenvolvidas no Carnaval e do licenciamento de atividades econômicas em área pública e eventos de Carnaval de Rua no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.” Um decreto que trata o carnaval de rua como importância da esfera privada e que protege os investidores e patrocinadores oficiais de qualquer prejuízo, como apontam diversos tópicos da justificativa que compõe o texto do decreto, dos quais podemos citar as seguintes passagens: “prevenir possíveis prejuízos aos patrocinadores, de modo que se valorize o suporte financeiro que estes proporcionam para o custeio da infraestrutura geral do carnaval de rua no interesse da coletividade”. E ainda, “possibilidade de ocorrência, durante o período do Carnaval, de práticas comerciais, ações promocionais e publicitárias irregulares, não autorizadas pelo Poder Público, trazendo insegurança jurídica para os patrocinadores oficiais do Carnaval carioca”. O decreto expande o reconhecimento do carnaval de rua também aos blocos “voluntários, não ordenados, sem fins lucrativos e de caráter festivo”, o que de certa forma acaba por enquadrar os blocos alternativos, mas ao mesmo tempo autoriza o uso de

publicidade e cede a autorização do comércio ambulante aos patrocinadores oficiais do evento, mantendo o monopólio de venda de uma marca de cerveja. Nesse sentido, temos uma apropriação fortíssima do carnaval de rua, oficial ou não, que acaba sendo ofertado para a publicidade do capital privado, além da imposição do monopólio de venda de produtos, no caso a cerveja, que obriga os foliões a se submeterem a uma prática pela qual demonstram rechaço. Para Pires (2015, p. 290) “a desregulamentação e a liberação dos mercados formam parte do conjunto de medidas neoliberais globalizantes”. Nesse sentido, como resposta, tem sido recorrente a proteção dos blocos alternativos aos ambulantes, principalmente os que vendem as marcas de cervejas que agradam mais, o que as vezes leva os foliões ao enfrentamento com agentes da Guarda Municipal, como ocorreu na tarde de Domingo de 03 de Janeiro de 2016, quando da “Abertura Não Oficial do Carnaval”, o Cordão do Boi Tolo, ao fazer um cortejo que se transformou num grande baile em frente ao edifício da Câmara dos Vereadores, agentes da guarda abordaram de forma truculenta os ambulantes, o que ocasionou um enorme confronto quando os foliões se colocaram na defesa dos vendedores. A Praça se transformou num campo de batalha onde algumas pessoas acabaram saindo feridas e outras detidas. Para responder as agressões, no dia 14 de janeiro, o Cordão do Boi Tolo, em conjunto com várias fanfarras e blocos alternativos, realizou dois atos de protestos contra a violência da Guarda Municipal, o que ocasionou, com pressão popular, o afastamento do comandante da corporação.

Uma queda de braço permanente coloca de um lado, os blocos, que podem ser entendidos como parte dos movimentos sociais de luta pela cidade, e do outro, os governantes, que representando interesses corporativos, entram em contradições e crises permanentes para manter suas bases populares de apoios e, ao mesmo tempo, controlar o carnaval de rua, pois, os blocos, por integrarem um grande setor de classe média, com uma grande rede de influências e de formação de opiniões, acabam por impor uma forte correlação de forças, que pressionam os gestores fazendo com que sofram importantes derrotas e recuos nas tentativas de maior gerenciamento e comercialização do carnaval de rua. Podemos aferir, que se trata de uma luta permanente pelo direito à cidade, onde observamos momentos de maiores e menores acirramentos. Nesse processo de enfrentamentos e de luta pelo carnaval livre, fez surgir em 2010 a “Desliga dos Blocos”, que organiza um evento anual com várias agremiações, denominado “Bloqueata da

Desliga”, que promove a “Abertura do Carnaval Não Oficial” todos os anos na Praça XV, reunindo milhares de pessoas. A criação da Desliga se deu, originalmente, para pedir o direito de os blocos pequenos saírem livremente no carnaval, independente de licenças e autorizações e para se contrapor ao decreto N° 32664 de 11 de agosto de 2010, do governo de Eduardo Paes. Neste processo foi lançado ainda pela Desliga dos Blocos um “Manifesto Momesco” para somar e fortalecer os protestos. Entre as exigências absurdas da Prefeitura se destacavam imposições penosas de obrigações para autorizações dos desfiles, tempo de duração máxima de quatro horas para os cortejos, entre outras ordens. Posteriormente, outros decretos foram publicados criando ainda mais determinações para os desfiles, o que acabou impossibilitando ou encarecendo os desfiles oficiais. Já, os blocos alternativos, vão se fortalecendo a cada ano com o crescimento numérico de foliões em seus desfiles, com a criação de novos grupos e oficinas de instrumentos de percussão e sopro, e, ainda promovendo outros eventos, fora do período de carnaval, como festas juninas e rodas de samba. Com isso, a Desliga dos Blocos não luta mais apenas pelo direito dos blocos pequenos desfilarem, mas também pelos próprios blocos alternativos, que cresceram e se tornaram uma referência do carnaval na cidade, de desfilarem sem nenhuma amarra. Uma grande vitória, que veio desse processo e com as pressões exercidas pelos movimentos do carnaval livre, foi a proibição, por decreto municipal, de cordas comerciais nos desfiles carnavalescos da cidade. O decreto N°36760 de 05 de fevereiro de 2013 estabelece que “fica proibida, na Cidade do Rio de Janeiro, a delimitação de espaços, por meio de cordas e/ou seguranças (“áreas privadas”), pagos ou não, nos desfiles de blocos ou bandas de rua e nos ensaios carnavalescos de rua”. Sabemos que muitos blocos comerciais burlam essas normas criando, inclusive, camarotes móveis, que ficam instalados em gigantescos trio elétricos, mas a resistência dos foliões, apoiados na tradição do carnaval de rua e com referências nos blocos alternativos tem impedido que o Rio siga o modelo do carnaval de Salvador. São, de certa forma, “impeditivos” importantes para proteger este lugar comum dos blocos alternativos, pois, como coloca Harvey (2014, p.140) “a produção e o cercamento de espaços não mercantilizados em um mundo implacavelmente mercantilizador é seguramente algo positivo”. Aqui, podemos conceber as conquistas de normas jurídicas e legislativas como uma importante vantagem e exemplo desse cercamento protetivo. Uma luta que tem avanços e retrocessos, bastante conjuntural, medida pela intensidade que os blocos conseguem se impor na cidade e, por outro lado, as imposições dos interesses do

mercado, que quanto mais se tornam antagônicos, maior número de choques ocorrem. Ainda Harvey (2014, p.144) “a luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso”.

Certa tolerância do poder público aos blocos não oficiais pode ser analisada por duas vertentes. Uma que é a apropriação parcial desses cortejos, um aproveitamento dessas manifestações para vender uma imagem comercial do próprio carnaval, onde todos os ideários do carnaval livre estariam a disposição do poder público para a própria divulgação das diversidades do evento, afinal, milhares de turistas e foliões locais se movimentam atraídos por esses blocos, demonstrando uma pertinente importância econômica. Seriam mais imagens vendidas da cidade através de representações artificiais, onde dificilmente haveria algum tipo de questionamento ou contestação, ajudando a promover o balanço positivo do carnaval como um todo, o sucesso dos gestores públicos e o melhor, sem precisar gastar nenhum recurso com esses complexos e expressivos desfiles. Acrescentemos ainda as disseminações ideológicas propagadas todos os anos de um sentimento de cidade democrática, inclusiva, diversa e tolerante. De acordo com Vainer (2000, p.81) “a venda da imagem de cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática”. Outra questão, é próprio termômetro da correlação de forças. Debatíamos que os blocos alternativos, quando menos expressivos, sofriam maiores repressões e que quando foram aumentando em número de desfiles e de foliões acabaram conseguindo se impor com mais ímpeto. É simples pensar que qualquer repressão mais frontal aos blocos, no meio de uma festividade, conduziria a consequências penosas para o governo ter que responder, como também poderia gerar um aumento substancial de rejeição popular.

Uma tentativa de cerceamento dessas liberdades de manifestações tem partido de iniciativas sucessivas do deputado estadual, Flávio Bolsonaro, reconhecido pelas suas posturas ultraconservadoras, de tentar revogar o decreto Nº 45.551/2016, de 25 de janeiro, de autoria do governador Luiz Fernando de Souza, o “Pezão”, que flexibiliza a necessidade de autorização do corpo de bombeiros, da polícia militar e polícia civil para a realização de desfiles. Como principal argumento diz que “a “flexibilização” permitida acabou por ensejar a possibilidade de que eventos que reuniram milhares de pessoas tenham ocorrido sem qualquer conhecimento e planejamento prévios de parte das Polícias e Corpo de Bombeiros, obviamente com grande risco para participantes, transeuntes e moradores das áreas

envolvidas”. Com isso, tenta retroceder ao decreto anterior, já revogado, que trata os desfiles de bloco de carnaval como de interesse das forças de segurança e controle policial. Em outra parte do texto afirma que “com a liberação foi o Executivo fluminense na contramão dos interesses da sociedade, trazendo descontrole para a organização de evento tão caro para a cultura do povo fluminense e para a atividade turística no Estado”. A cultura do carnaval é completamente antagônica a uma proposta que cria mais amarras e controles para a festa, principalmente envolvendo forças policiais e militares, o que só é aceitável nos blocos através das fantasias. Um contrassenso, ademais, apontar a organização dos blocos como um possível inconveniente ao turismo, dado que um número expressivo dos participantes dos blocos, principalmente os alternativos, é de turistas de outros estados e de outros países, que viajam todos os anos ao Rio de Janeiro para desfilarem no carnaval de rua.

Podemos certificar que os blocos alternativos, em mais de dez anos, tem sido responsáveis e, muitas vezes, protagonistas, na luta pelo direito à ocupação do espaço público pelo cidadão, de forma autônoma, artística, espontânea e livre, o que tem possibilitado a construção de uma consciência coletiva de utilização da cidade, mesmo estando focado apenas no carnaval, pois os problemas políticos, econômicos e sociais, acabam similarmente se manifestando em todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que temos, de forma recorrente, a presença dos “foliões ativistas” ou “foliões cidadãos”, com consciência social, ambiental e política.

A OCUPAÇÃO RESSIGNIFICADA DO LUGAR COMUM PELOS BLOCOS EM PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DISPUTAS

A relação dos blocos de carnaval, de um modo geral, tanto os oficiais quanto os alternativos, com diferentes locais da cidade, é sempre de muita afinidade. Existe um forte sentimento de pertencimento aos diferentes lugares onde os blocos se concentram ou transpassam, que promove construções de identidades e de significados. Os foliões sentem-se vinculados a um acontecimento cultural de muita afinidade, de relações sociais autodefinidas e maleáveis, que transformam o espaço conhecido em outro tipo de apropriação, simbólico e funcional, territorializando através de uma construção de identidade social, um espaço de *comunalização*.

De acordo com Harvey (2014, p.145)

o princípio de que a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será tanto coletiva quanto não mercantilizada – para além dos limites da lógica das trocas e avaliações de mercado.

Os blocos de carnaval talvez sejam os maiores responsáveis por impulsionarem a maior atividade cultural de valorização dos objetos fixos da cidade, que parecem combinar com todas as aparências e formas dos blocos, promovendo uma relação interativa de pessoas com os locais previamente escolhidos, assimilados e valorizados. Assim ocorre quando ocupam a Praça XV, com todas aquelas cores, movimentações, fantasias e confraternizações, algo que não pode ser dimensionado por valores comerciais.

O Cordão do Boi Tolo, nasceu exatamente na Praça XV, no ano de 2006, mais exatamente na Rua do Mercado, quando o Cordão do Boi Tatá desmarcou seu desfile oficial, deixando diversos foliões ignorados. Já são doze desfiles nos dias de carnaval, outros em aberturas não oficiais e ainda alguns cortejos em outras atividades culturais, como a festa junina do Boi. A relação desse bloco com diferentes tipos de objetos, paisagens, praças, ruas e monumentos é aproximada, podendo inclusive conformar em muitos momentos uma paisagem cultural. Segundo Di Méo (2001), conforme citado por Almeida (2013), “esse simbolismo festivo identifica e qualifica os lugares, os sítios, os monumentos, as paisagens e os lugares ordinários. Ritos e cerimônias destacam as ações dos grupos locais sobre o espaço da festa”. Mais que uma geografia concreta, Almeida (2011) “afirma que a festa engendra e constitui uma geografia simbólica e o espaço é revestido de uma dimensão mítica”. As paisagens festivas emergem segundo as experiências e as percepções de cada indivíduo. Um exemplo da relação dos blocos com os símbolos da cidade, foi o desfile de abertura do carnaval não oficial, do dia 4 de janeiro de 2015, quando antecipando as comemorações pelos 450 anos da Cidade do Rio de Janeiro, o Boi Tolo resolveu que subiria o Morro do Castelo. Boa parte dos foliões ficaram sem entender o que se passava, já que o monte havia sido demolido no início do século passado. Ao chegar no local foi uma grande surpresa para muitos ainda existir uma parte da Ladeira da Misericórdia, local onde a Cidade do Rio de Janeiro nasceu, que acabou tomada pelos foliões que tocaram e cantaram “Cidade Maravilhosa”, tradicional hino da Cidade e de abertura e fechamento de muitos blocos. Algumas vezes, de forma completamente ousada, tanto o Bloco Secreto, cujo nome é

modificado anualmente, como o Cordão do Boi Tolo, ocuparam os saguões do Aeroporto Santos Dumont, promovendo uma grande festa. Em outra ocasião, não menos polêmica, o Boi ocupou o terraço do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e o Bloco Secreto, por sua vez, realizou o último baile de despedida da Perimetral. Podemos citar ainda a relação desses blocos com as praças públicas, que se tornaram espaços tradicionais e afetivos para desfiles, bailes e ensaios, como a Praça Paris na Glória, a Nova Praça Mauá, que teve a sua inauguração também pelos blocos, marcando posição na ocupação do local, a Praça Tiradentes e ainda a Praça XV, palco de nascimento de blocos e ponto de encontro com os foliões e blocos que vem de Niterói, através das barcas, promovendo empolgantes bailes flutuantes. Outro lugar, de muita afinidade, é a Ilha de Paquetá. Suas características culturais, paisagísticas e bucólicas acabam criando um vínculo com as próprias particularidades dos blocos. É comum, inclusive, fantasias de marinheiro, João Candido, Iemanjá, boto, pirata, entre outros, que façam alusão ao mar, as embarcações e a própria ilha. Bem recentemente, em 11 de fevereiro de 2017, criou-se mais um bloco alternativo, chamado Boto Marinho, para fazer o trajeto Praça XV – barcas – Paquetá.

Outra importante característica dos blocos, que traz valores simbólicos e de representações são algumas músicas tocadas nos cortejos, que acabam criando, de forma coletiva, comportamentos culturais. Podemos citar o ano memorável, para muitos foliões, do desfile do Boi Tolo que ficou marcado pela música “Carinhoso”, quando de forma completamente espontânea uma multidão começou a tocar e a cantar de forma calorosa pelas ruas do centro da cidade, deixando todos muito emocionados. Assim, da mesma forma, foi o ano do “Bolero” de Ravel, que num momento de parada para realização de um baile, no pátio do Museu de Arte Moderna, os músicos executaram a obra com sopros e uma fortíssima marcação da percussão, levando todos os foliões que ali estavam ao delírio. Uma música, que também ganhou destaque nesse bloco, foi a tradicional marchinha “Índio quer Apito” de Haroldo Lobo e Milton Oliveira, isso, por conta de uma coreografia bastante executada durante os cortejos, na qual os foliões imitam os sons de índios, se mantendo abaixados durante uma parte da música e, de repente, se levantam e pulam de forma frenética no andamento do refrão.

Soma-se, ainda, uma importante característica apropriada pelos blocos alternativos, que rompe completamente com qualquer tentativa de maior controle, que são os trajetos

definidos na hora. Um comportamento que já virou prática nos desfiles e que dão um verdadeiro nó nos agentes de trânsito e nos organizadores oficiais da Prefeitura. Esses circuitos acabam sendo realizados mediante as afinidades do maior número de pessoas, que decidem, na maioria das vezes, de forma democrática, por onde o bloco vai passar. Nesses momentos, que observamos com mais força o sentimento de apropriação das ruas, de ressignificação da utilização dos espaços comuns, locais que estão associados ao deslocamento para o trabalho, para obrigações diárias, com regras e convenções próprias ao longo do ano e que em alguns dias festivos se tornam uma passarela para diversos sentimentos como libertação, exaltação, desprendimentos e tudo isso com uma boa dose de ironia. Contemplamos o clímax da chegada desses blocos nas grandes avenidas, praças, locais que, inclusive, já se tornaram tradicionais em relações afetivas, como o pátio do Museu de Arte Moderno e o espaço dos pilotos do prédio do MEC. Esses dois lugares completamente emblemáticos no sentido das disputas territoriais. São locais que os blocos começaram a utilizar como paradas para a realização de bailes, pois, com estruturas parcialmente fechadas, propiciavam uma acústica que amplificava os sons dos instrumentos e o canto das massas. O que acabava sendo uma atração nos desfiles, onde os foliões ansiavam pela chegada nesses lugares, foi interrompido por muros de tapumes colocados por administradores públicos e privados. Com os mesmos argumentos cotidianos da preservação de espaços erguidos em cimento, os foliões indagam quais são os reais interesses de se proibir manifestações culturais de ocorrer em locais que acabaram se tornando lugares afetivos, de compartilhamentos e de proximidades. E se a melhor designação é o cerceamento ao espaço com a utilização de tapumes.

OS LIMITES DA INSUBORDINAÇÃO E AS APROPRIAÇÕES E VIGILÂNCIA DO CARNAVAL ALTERNATIVO PELO CAPITAL

Já discorremos sobre vários elementos da polarização entre os blocos livres e os agentes públicos do capital. Existe, numa parcela grande de foliões, principalmente nos mais jovens, uma ingênua e exagerada concepção de transgressões, de insubordinação e de liberdade de manifestação e de expressão dentro dos blocos. Aqui, queremos debater algumas problemáticas desse pensamento demasiado de rupturas, pois nenhuma

manifestação, por mais livre que possa parecer, irá se deslocar da totalidade das relações de poder da sociedade e, ademais, carregam suas próprias limitações e contradições.

Diz Lefebvre (1994, p. 32)

ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos – representações das relações de produção – próprios do cotidiano, do particular, do vivido, transmite, também, as mensagens hegemônicas do poder e da dominação – representações das relações sociais de produção –, expressões do geral, do concebido.

É importante refletirmos a noção de hegemônico, ao tratarmos do poder e da dominação da qual Lefebvre aponta, pois, os espaços, como produtos sociais para serem consumidos e usados, são também meios de produções; e assim, não podem ser separados das forças produtivas, nem da divisão social do trabalho e muito menos do Estado como um todo. Qualquer espaço, e aqui entendendo como produzido por relações socioculturais, são passíveis do preenchimento e atravessamento de gestores do capital. O carnaval alternativo, quando pouco representativo, sofria mais repressões pelo poder público. Ao ganhar adesões de massas, passa a ter uma maior centralidade e impõe uma reconfiguração do espaço urbano durante os dias de carnaval. Voltando ao pensamento de Lefebvre (2015, p. 61) “é através das mediações que irão se dar as relações entre classes e de luta de classes”. Entre os gestores do capital privado e as inúmeras organizações e grupos carnavalescos. Outra questão que se coloca, trazida por Harvey (2014) é a escala dessas manifestações. Não podemos imaginar que algo que funcione bem em determinada circunstância, em pequena escala e com organizações bem peculiares vá se traduzir da mesma forma em outras escalas, através de soluções globais, sem levar em consideração elementos de subordinação e hierarquia; propriamente do poder.

O forte marketing que permeia as relações urbanas também acaba se fazendo presente no carnaval de rua. Hoje, é muito comum observamos os ditos “pequenos empreendedores” lançando suas marcas dentro dessas festividades. São bebidas artesanais, doces, sanduíches, salgados e até roupas impulsionando novos nomes nos desfiles não oficiais. Produtos muito bem pensados que buscam dialogar com sentimentos e características dos foliões alternativos (como um exemplo, produtos para consumo de públicos veganos e vegetarianos). Esse tipo de empreendedorismo pode trazer contradições

para os ideários carnavalescos, em razão de acometer uma reprodução da própria lógica que se propõe a combater da mercantilização da festa. Os próprios produtos, como novas apresentações e componentes se colocam como uma “gourmetização” que disputa espaço e mercado com os tradicionais vendedores ambulantes, trazendo um elemento bastante conflitante entre diferentes classes sociais. O próprio perfil, da maioria dos componentes dos blocos não tradicionais, já demonstra limitações de escalas e de classes. Em geral, são pessoas com maior tempo livre, com boa formação acadêmica, com assegurado poder aquisitivo, com disponibilidade para uma grande demanda de consumo e que optam por produtos de maiores qualidades. Possuem suas residências nas áreas centrais e mais valorizadas da cidade, com melhor infraestrutura de transportes, como a linha 1 do metrô e não fazem grandes deslocamentos de idas e voltas para os cortejos. Um público bem diferente do que se apresenta nos blocos de grandes aglomerações, como o Cordão da Bola Preta e os de artistas famosos. Um perfil mais popular, de classes mais baixas, que se deslocam em trajetos bem maiores para as áreas centrais e que não participam tão intensamente dos dias de folia, seja pelas dificuldades objetivas de organização e do trajeto, como também do tempo, pois muitos trabalham até no carnaval. Surge, nesse sentido, as próprias limitações do carnaval livre em conseguir de fato romper as amarras para os que mais necessitam dessas liberdades, pois com o aprofundamento cada vez maior do capital e de suas imposições; as disputas no seio da sociedade, as saídas individuais e oportunistas também se manifestam com mais intensidade. Os valores de troca acabam se sobrepondo com força aos valores de uso também nos blocos de carnaval.

Segundo (Harvey, 2014, p. 278)

Muitas pessoas decentes estão presas ao abraço de um sistema essencialmente podre. Se elas pretendem ganhar o suficiente para viver, não há outra opção a não ser vender a alma ao diabo: estão apenas “cumprindo ordens”, como nas famosas palavras de Eichmann, “fazendo o que o sistema exige”, como outros dizem hoje, em consonância com os princípios e práticas bárbaros e imorais do partido de Wall Street. As leis coercivas da concorrência forçam todos nós, em certa medida, a obedecer às normas desse sistema cruel e empedernido. O problema é sistêmico, não individual.

Temos, nesse sentido, os músicos que resolvem ser transgressores em um dia de carnaval, enquanto nos outros vendem suas forças de trabalho ou empresariam festas e blocos oficiais. Os foliões, que aproveitam as festas para tentarem impulsionar seus pequenos negócios e marcas. São muitos exemplos, de como é tênue a linha que separa ideais coletivos e libertários de práticas individuais e cotidianas, inclusive, até na especulação imobiliária, onde é normal observarmos pessoas do carnaval ofertando casas e dormitórios para o aluguel de diárias ou temporadas.

Já discorremos sobre como os blocos não oficiais galgaram até praticamente tornarem-se os “oficiais” por conquistarem uma importante centralidade nas escolhas dos foliões, que passaram a ter uma intensa relação de afinidades com esses blocos, pelas características que apresentam. Discorremos também sobre as diversas contradições presentes nesse crescimento, exatamente por essas manifestações não estarem isoladas do conjunto das problemáticas das desigualdades sociais, das formas de dominação e exploração da cidade e ainda as tentativas de mediações e cooptações por parte dos agentes públicos. Por último, não menos importante, são os mecanismos de vigilância e repressão aos blocos, principalmente os não oficiais e mais autênticos nos ideários do carnaval livre. Sabemos que a tecnologia perpassa todas as esferas da sociedade. Nos espaços públicos tem aumentado os mecanismo de vigilância de praças, ruas, avenidas, parques e logradouros públicos através principalmente de câmeras cada vez mais potentes e modernas. A justificativa do problema do aumento da violência tem facilitado a aceitação da maioria da população a esses mecanismos de controles, que acabam sendo utilizados para outras demandas e sem nenhuma regulação ou restrição da sociedade. Para Pires (2014, p.345) “a vigilância elaborada por agências de inteligência que coletam, interceptam e armazenam e analisam dados coletados em massa tornou-se uma prática global”. É um elemento bastante contraditório e antagônico ao carnaval a existência de blocos vigiados por câmeras, que acabam transmitindo aos operadores de trânsito e aos agentes de segurança orientações dos próprios especialistas que fazem o gerenciamento do modelo de cidade excludente e autoritária. Como aponta Pires (2014) podemos ter elementos que conectem tipos de vigilância alienada e secreta. Surge, nesse sentido, a preocupação objetiva do roubo e armazenamento ilegal de dados de pessoas físicas, no sentido do que temos vistos ocorrer

através de denúncias em diferentes partes do mundo. Mecanismos de espionagens que ferem o direito à liberdade de expressão e de opinião de forma livre.

De acordo com Harvey (2014, p. 279)

E, por fim, recorre ao monopólio da violência que todos os Estados soberanos reivindicam para excluir o público de muito daquilo que se apresenta enganosamente como espaço público e para acoessar, manter sob vigilância e, se necessário, criminalizar e encarcerar todos os que não se submetem irrestritamente a seus ditames. Eles se superam nas práticas de tolerância repressiva que perpetuam a ilusão de liberdade de expressão, na medida em que ela não exponha cruamente a verdadeira natureza de seu projeto e o aparato repressivo em que se apoia.

No próprio domingo de carnaval tivemos a informação da realização da “Operação Boi Tolo”, com o intuito de tentar controlar o desfile do maior bloco alternativo. A grande questão é que toda imposição hegemônica acarreta uma luta contra-hegemônicas e o próprio bloco citado, nos últimos dois anos, já se dividiu em cinco saídas ou “boiadas”, por diferentes localidades do Centro do Rio, para fluir melhor os desfiles, dar conforto e manter autenticidades, e, ao mesmo tempo evitar qualquer tipo de um maior controle ou repressão pelos poderes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos resgates sobre o carnaval de rua precisam ser feitos, pois ajudam a contar a história da nossa própria construção como sociedade. Diversas representações que os cariocas possuem vieram dessa festa máxima. Novas concepções aparecem, outras se perdem ou se modificam nas construções socioculturais do carnaval de rua. Uma construção coletiva de resistência e de luta a qual Lefebvre(2015, p.86) chamou de “socialização da sociedade”, onde os signos da cidade só se farão presentes num carnaval autêntico, se esse for conquistado pelos foliões livres, “descompromissados”, e que apenas vivenciam e ocupam espaços de socialização plena, apropriados e renovados para o interesse de um lúdico guiado somente para o valor de uso e detentora de uma consciência do direito à cidade como um todo. Assim sendo, essas análises são fundamentais para entendermos uma parte da dinâmica econômica e social da cidade, como forma de mercadoria, afinal, são bilhões

de reais arrecadados todos os anos com os festejos e uma boa parte desse recolhimento está de alguma forma vinculado aos desfiles dos blocos de rua, oficiais ou não. Nessa lógica, a disputa pelo ideário dos festejos ligados à ocupação territorial atinge proporções significativas, pois os governos, como representantes das grandes empresas, se movimentam para garantir esses lucros de forma privada. Por outro lado, os blocos resistem como manifestações culturais contra-hegemônicas, com ideários de liberdade, ludicidade, resistência, luta e espontaneidade. Os intentos que movem os foliões a preferirem essas manifestações por fora das regulamentações jurídicas são essenciais para pensarmos os aspectos subjetivos que fazem parte dessas disputas espaciais com os grupos dominantes, que coletivamente constroem ideias de apropriação espacial, não apenas através de sentimentos e de construções de identidades, como também por intermédio dos processos materiais de apoderamento dos espaços físicos, pois a transformação espacial também ocorre pela interferência desses autores nesses espaços.

Os decretos, leis e demais exigências normativas, necessitam de observações constantes no que se refere as tentativas de padronização, cerceamento e mercantilização através das exibições dos blocos carnavalescos. A força, seja por aceitação ou imposição, dos diferentes setores da sociedade aponta como os festejos vão se realizar, e faz com que tenhamos, de forma cotidiana, novas propostas sendo apresentadas ou reapresentadas. Como consequência desses processos, os festejos não se repetem, sob a mesma forma, durante muito tempo.

Por fim, a Geografia tem ajudando muito a explicar os fenômenos sociais que permeiam os festejos carnavalescos. Diversas pesquisas, em diferentes áreas, descrevem principalmente os blocos não oficiais através da premissa do direito à cidade. Os fundamentos geográficos são utilizados como balizadores fundamentais, principalmente os que estão mais atentos aos estudos da urbanização e das transformações das cidades. E não por acaso, os trabalhos buscam correlacionar as diferenças econômicas que transpassam a nossa sociedade. Não são estudos preocupados com dados quantitativos apenas, informações essas que são fundamentais para termos maiores descrições de elementos, mas sobretudo das principais particularidades e experiências dos fenômenos, que são vistos cada vez mais inseridos nas apostas do capital e, reativamente, nos movimentos de resistências. Ao nos depararmos com um festejo carnavalesco, pouco sabemos da enorme trajetória que

foi feita e das inúmeras transformações que ocorreram para ele se apresentar de determinada forma. São poucas as pessoas que conhecem, pelo menos, parte das histórias de lutas e de persistências que possibilitaram aos foliões, das mais diversas classes sociais, ocuparem de forma igualitária as ruas e de se manifestarem mais livremente.

REFERÊNCIAS

Almeida, Maria Geralda de. (2013). “Cultura, paisagem e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil Central”. Revista Espaço e Geografia, 16(2), 417-440.

ALMEIDA, M.G. de Festas rurais e turismo em territórios emergentes. Biblio 3 w (Barcelona), v. XV, 2011. P.919

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). Consulta de decretos e projetos de leis. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/>> Acesso em: 05 de Julho 2018

DI MÉO, G La géographie en fêtes. GAP: Ophrys, 2001

HARVEY, David. “Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana” , São paulo, Martins Fontes, 2014

LEFEBVRE, Henri. “O Direito a Cidade”, São Paulo, Centauro, 2015.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/RJ. Consulta de decretos e projetos de leis. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rj/rio-de-janeiro>> Acesso em: 05 de Julho de 2018

MASCARENHAS, G. “Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol”. Cidades, v. 10, n. 17, 2014.

MENDONÇA, Valéria; FIGUEIREDO, Pedro; NEVILLE, Pedro. Riotur estima 6 milhões de foliões no carnaval, com 1,5 milhão de turistas. G1, Rio de Janeiro, Jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/prefeitura-do-rio-espera-15-milhao-de-folhoes-estrangeiros-para-o-carnaval.ghtml>> Acesso em: 9 de Jul de 2018.



PIRES, H.F. “Globalização e Integração Financeira e Tecnológica entre os Países Emergentes: O Novo Banco De Desenvolvimento do Brics”. In: Revista Geo UERJ, Rio de Janeiro, N° 27, pp.283-292, 2015. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/18952/14670>

PIRES, H.F. “Geografia das Indústrias Globais de Vigilância em Massa: Limites à liberdade de expressão e organização na Internet. [En línea. Acceso libre]. Ar@cne. Barcelona: Universidad de Barcelona, n° 183 , 1 de Abril de 2014. [ISSN: 1578-0007]. <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-183.htm>>.

VAINER, C. “Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro,2011”. Disponível em: <www.br.boell.org/web/51-1266.html>. Acesso em: 17 fev. 2012.

VAINER, C.E. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico". Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1999 (mimeo.) e neste volume.